

Declaração de Fortaleza

Declaração dos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Os Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) responsáveis pelo ensino superior, reunidos em Fortaleza, em 26 de maio de 2004;

Cientes da importância do ensino superior para o desenvolvimento sustentável dos seus países para a redução das desigualdades e para a integração dos seus cidadãos na CPLP na comunidade internacional;

Decididos a reforçar os laços de cooperação no seio da CPLP, invocando os vínculos históricos e culturais entre os seus países;

Desejosos de estimular a cooperação em matéria de ensino superior que permita valorizar a formação conferida pelas instituições de ensino superior da CPLP, aprimorar sua qualidade e o reconhecimento das qualificações, quer no âmbito da CPLP, quer noutros espaços internacionais;

Determinados a reforçar a posição internacional da formação de nível superior em língua portuguesa e a promover a mobilidade no espaço da CPLP, comprometem-se a trabalhar em conjunto, tendo em conta as políticas de ensino superior de cada país.

À luz destes objectivos, decidem renovar o apoio à cooperação no domínio do ensino superior e construir, nos próximos dez anos, um Espaço de Ensino Superior da CPLP, indicando como prioridades:

1. O estímulo à qualidade das formações oferecidas no âmbito da CPLP e ao reconhecimento mútuo e internacional;
2. A promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos;
3. A cooperação no domínio da estrutura das formações superiores;
4. O incentivo à participação das instituições da CPLP em programas relevantes de outras comunidades de países.

Para dar sequência a esta Declaração decidem:

1. Criar o Grupo de Seguimento com a seguinte composição:
 - um representante de cada um dos Ministérios responsáveis pelo ensino superior;

- um representante da Associação das Universidades de Língua Portuguesa
2. Mandatar o Grupo de Seguimento para elaboração de plano de trabalho tendo em conta as prioridades anteriormente referidas, a ser apresentado no prazo de seis meses, para discussão nos países membros e aprovação na VI Reunião de Ministros da Educação da CPLP.
 3. Determinar ao Secretariado Executivo que apoie o Grupo de Seguimento no cumprimento dos objetivos anteriores, nomeadamente no agendamento do início dos trabalhos.

Determinados a construir o Espaço de Ensino Superior da CPLP, os Ministros contam com a colaboração empenhada de cada uma das instituições de ensino superior da CPLP e da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

António Burity da Silva Neto
Ministro da Educação
República de Angola

Tarso Genro
Ministro da Educação
República Federativa do Brasil

Filomena de Fátima Ribeiro Vieira Martins
Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos
República de Cabo Verde

Marciano da Silva Pereira Barbeiro
Ministro da Educação Nacional
República da Guiné-Bissau

Alcido Eduardo Nguenha
Ministro da Educação
República de Moçambique

José David Gomes Justino
Ministro da Educação
República Portuguesa

Jorge Moreira da Silva
Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Ciência e do Ensino Superior
República Portuguesa

Álvaro João Santiago
Ministro da Educação e Cultura
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Armindo Maia
Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto
República Democrática de Timor-Leste

Comentário:

Espaço Lusófono de Ensino Superior (ELES): ir além da “Declaração de Luanda” e da “Declaração de Fortaleza”?

Fernando Santos Neves*

Foi no mês de Maio de 2002, no XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), realizado em Luanda, que, pela primeira vez, lancei o seguinte desafio, a que, depois, com grande satisfação da minha parte, seria dado o nome de «Declaração de Luanda»:

“À semelhança do que está a acontecer na Europa com o instrumento designado «Declaração de Bolonha» e com a criação do comum «EEES- Espaço Europeu do Ensino Superior», também no âmbito do “Espaço Lusófono” deveria avançar-se de imediato para a criação de um comum «ELES - Espaço Lusófono do Ensino Superior» e todas as diversidades reais e reais dificuldades não deveriam constituir obstáculos mas apenas estímulos, já que a construção de um tal «Espaço Lusófono do Ensino Superior (ELES)» não deverá ser considerado um mero epifenómeno mas *conditio sine qua non* da construção do «Espaço Lusófono sem mais» ou da C.P.L.P., tal qual está a ser entendida, relativamente ao Espaço Europeu, a construção do «Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES)». A Lusofonia real, que não cesso de proclamar como a única real via de afirmação, no concerto ou desconcerto das Nações, de todos, insisto, de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa, também

passa necessariamente e até primordialmente por aí, ou não fosse a «Educação de Excelência para Todos» o princípio e o motor insubstituíveis de todo o desenvolvimento humano e não fosse a norma da «Educação Universal, Obrigatória e Gratuita» o programa mais revolucionário de toda a história moderna e válido para toda a humanidade e não só para o mundo ocidental”. (Fim de citação das minhas palavras proferidas em Maio de 2002 em Angola e que depois foram designadas como «A Declaração de Luanda». Nessa altura permiti-me ainda remeter para o opúsculo *Onze Teses sobre a CPLP e a Lusofonia*, Edições Universitárias Lusófonas, 2002, e para o manifesto “Que Ensino Superior para o Século XXI? Onze Teses sobre o Ensino Superior em Portugal e Todo(s) Espaço(s) Lusófono(s)”, *Anuário da Educação*, 1999 /2000).

A posterior notícia da assinatura, em Fortaleza (Nordeste do Brasil), da “Declaração dos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, em 26 de Maio de 2004, obviamente inspirada na “Declaração de Bolonha”, só poderia ser bem-vinda, pese embora não ter sido feita nenhuma referência explícita à anterior “Declaração de Luanda” (porquê retirar a Angola e à África essa

justíssima honra e homenagem) e terem surgido, como geralmente acontece em casos semelhantes, personagens de última hora a prestarem-se a injustificados relevos.

O abaixo-assinado autor da «Declaração de Luanda» sobre a criação do «ELES- Espaço Lusófono do Ensino Superior» desde já declara que não reclamará nenhuns direitos de autor e tudo fará para que o projecto, na linha do que tem dito e escrito sobre a própria CPLP, não seja mais um retórico projecto nado-morto, mas vivamente nasça, cresça, floresça e frutifique.

Nem outra coisa seria de esperar do Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, cujos objectivos estatutariamente definidos são, enquanto Universidade, “contribuir para o desenvolvimento de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa” (Decreto Lei no 92/98, de 14 de Abril) e que não cessa de repetir que o julgamento de que mais gosta sobre a sua Universidade não é que seja “a maior, a mais completa e a mais inovadora das Universidades Privadas Portuguesas”, mas sim que seja por todos reconhecida como “a Universidade Certa na Hora Certa para a Lusofonia Certa”.

Além de que, citando a própria Sra Ministra da Ciência e do Ensino Superior, aludindo sem dúvida às potencialidades estratégicas do verdadeiro e não adulterado sentido do conceito de “Portugal, País Atlântico da Europa”, “Para Portugal isto é fundamental, porque fará a ponte entre a Europa e o Mundo Lusófono”.

Questão diversa seria a de interrogar-se, num momento em que, à parte alguns europeus provincianos e desvairados, todos os povos do mundo olham para o “modelo europeu”, consubstanciado na dupla vertente da democracia política e do desenvolvimento económico-social, como para um horizonte de progresso ainda não ultrapassado do género humano, sobre se não poderia até ser mais fácil e mais prático, em vez de criar um novo “Espaço Lusófono do Ensino Superior” (ELES), requerer a associação efectiva ao já criado (e já funcionando) comum “Espaço Europeu do Ensino Superior” (EEES) e que é fruto da para a história designada como “Declaração de Bolonha” (Cf., a propósito, a obra que acaba de ser publicada: “Quem tem medo da Declaração de Bolonha?”, Edições Universitárias Lusófonas, 2005).

Sem problemas pelo facto de ter lançado a ideia da criação do “ELES”, e aliás pelas mesmas razões e com as mesmas intenções, a eventual resposta afirmativa a tal hipótese encontrará em mim e na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias as mesmas disponibilidades pessoais e institucionais que a primeira ideia da “Declaração de Luanda” e a segunda e oficial ideia da “Declaração de Fortaleza”.

* Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.